

Elas além das celas: algumas memórias...

Camila Diane Silva, UNIVILLE

camiladiane@yahoo.com.br

Janine Gomes da Silva, UNIVILLE

janine.gomes@univille.net

Introdução

A cidade de Joinville, localizada no nordeste catarinense, segundo dados do IBGE 2007, possui o número aproximado de 487.003 habitantes¹. A história da cidade, inicialmente Colônia Dona Francisca, é marcada pela colonização de imigrantes alemães, suíços e noruegueses datada de 1851 e a manutenção de uma imagem fictícia, construída inicialmente nas campanhas de colonização. De acordo com Guedes “A propaganda utilizada pela companhia contratada para atrair imigrantes para a então chamada Colônia Dona Francisca ocorreu de maneira tão enganosa quanto à patrocinada pelas companhias que traziam braços para as lavouras de café”². Sendo que esta imagem vem sendo perpetuada durante o decorrer da história de Joinville.

Contudo este cenário é abalado no início do século XX pela dualidade da ordem mantida pelas propagandas locais se confrontando com uma crescente onda de crimes. Segundo Costa “[...] procurava-se dar segurança pública para tranquilizar os trabalhadores e proprietários, mas as notícias de roubos se perpetuavam, assim como a falta de policiamento, que aumentava inversamente ao número de assaltos”³. Estes acontecimentos, no entanto, foram e continuam desassociados na cidade. As próprias edificações que abrigaram e abrigam espaços destinados ao ambiente do cárcere são ignoradas pela população “ordeira” e passam despercebidas no cotidiano, assim como a população marginalizada. Esta última, com as características modernas que a cidade passa a incorporar, sofre um processo de segregação, ocupando espaços específicos junto aos seus pares. Margareth Rago especifica ao afirmar que:

[...] datam do século XIX as modernas separações entre a esfera pública e a privada, a noção de que a mulher é a rainha do lar, enquanto o mundo público é o espaço privilegiado do guerreiro, de que a escola é o lugar das crianças, de que os asilos devem ser habitados pelos velhos, os hospícios pelos loucos, as prisões pelos vagabundos e criminosos, e assim por diante⁴.

¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

² GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org). **História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 2. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005. p. 18.

³ COSTA, Iara de Andrade. **A cidade da ordem: Joinville 1917 – 1943**. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo(Org). **História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 2. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005. p. 118.

⁴ RAGO, Margareth. Prefácio. In: **Leituras Matutinas: Utopias e Heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense**

No entanto “[...] em que pesem as intenções de fazer da cidade um lugar de sons uníssonos, a polifonia, a pluralidade e a diversidade continuam a ser as marcas de seu cotidiano”⁵.

Dentre os diversos espaços que abrigaram o contingente prisional da cidade, a presente pesquisa procurou destacar primeiramente o espaço da “Cadeia do Boa Vista”, esta localizava-se no bairro Boa Vista, atualmente um dos mais populosos da cidade próximo ao centro. Conhecida como “Fortaleza do Boa Vista”, devido à rebelião ocorrida nesta instituição em 1986, resultando na destruição da mesma, serão iniciadas discussões a cerca da criação do atual Presídio Regional de Joinville⁶. Este que futuramente abrigaria o primeiro espaço destinado a mulheres em condição de cárcere, foco desta pesquisa que objetiva relacionar a inserção do gênero como categoria de análise, a inclusão da mulher, novas visões e concepções historiográficas⁷.

Sublinha-se que o bairro Paranaguamirim, localização do Presídio, é afastado do centro da cidade e no período da construção do Complexo Penitenciário, final da década de 1980 e início de 1990, não era muito populoso. Atualmente existem vários loteamentos localizados na área de entorno do Complexo, sendo que estes apresentam uma população, em sua grande maioria, carente. Ou seja, a idéia inicial era construir um espaço longe dos olhos da cidade ordeira, no entanto a cidade cresceu e o espaço hoje divide lugar com loteamentos, porém estes são habitados por famílias carentes, fato que continua não abalando a imagem ordeira, pois ambos estão afastados.

Algumas memórias...

De acordo com a pesquisa realizada nos jornais da década de 1980, notou-se a presença de uma cadeia pública situada no bairro Boa Vista, atrás do 1º Distrito Policial. Esta cadeia tinha capacidade para atender em torno de 50 detentos, porém, o número chegava a duplicar, sendo este constituído apenas por homens. No dia 25 de abril de 1986 houve uma rebelião, resultando na destruição do espaço e transferência dos detentos para outras instituições do estado. Apesar do reduzido número de mulheres envolvidas com a situação de cárcere, neste período, e a ausência de um espaço destinado a estas, destaca-se a notícia de um jornal contemporâneo à rebelião no qual aparece a presença de uma mulher, namorada de um dos líderes, envolvida na rebelião: “[...] uma

(1951-1980). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. XIV.

⁵ GRUNER, Clóvis. **Leituras Matutinas: Utopias e Heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 7.

⁶ O Presídio Regional de Joinville compõe o atual Complexo Penitenciário juntamente com a Penitenciária Industrial de Joinville. Ambos localizam-se no bairro Paranaguamirim.

⁷ SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez.1990.

menor de 17 anos, namorada de ‘Beto’ pulou um alambrado de uma altura de seis metros, torceu o pé na queda e ficou durante todo o dia dentro de uma cela, como refém”⁸. Duas décadas depois é possível observar o crescente número de mulheres envolvidas no “mundo do crime”, especialmente como personagens coadjuvantes.

De acordo com dados do Centro de Direitos Humanos “Maria da Graça Brás”, percebeu-se as modificações ocorridas nas instituições ligadas ao cárcere ao ter que se adaptar ao público feminino. No período da construção do Presídio Regional de Joinville, não se pensou em um espaço apropriado para o atendimento do contingente feminino, contudo devido à premência, um ambiente foi concedido para ala feminina. Esta que nos últimos dez anos sofreu um crescimento desordenado, fato característico não somente em Joinville mais em âmbito nacional como confirmam dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ), que demonstram nos últimos oito anos um crescimento de 75% da população penitenciária feminina, acima da masculina, proporcionalmente⁹. Atualmente Joinville possui uma população carcerária feminina de aproximadamente cem mulheres e a pesquisa pôde evidenciar que a maioria dos crimes estão ligados ao ato coadjuvante no auxílio ao tráfico de drogas e conseqüentemente, se estabelecendo na condição do comando, como forma de manutenção da renda, seja esta para o sustento do lar ou vício em drogas, como revela uma das entrevistadas:

[...] roubar eu sabia que ele roubava [...] tanto é, se ele tivesse vivo, com certeza, nem na cadeia eu tava [...] que com certeza ele ia assumir [...]. A maioria das pessoas que caem aqui presa, as mulheres principalmente, é por causa dos companheiros. É marido, é namorado, é amigo. Olha pra falar bem a verdade pra ti, eu tenho até medo de sair na rua, por que agente nunca sabe com quem agente tá¹⁰.

Estas mulheres encontram-se condicionadas em uma Ala improvisada, com a capacidade para trinta e cinco presas¹¹, ou seja, encontra-se super lotada. A Ala é dividida nos espaços denominados Alas “A” e “B”, nas quais se encontram: mulheres condenadas e a espera de julgamento; O Berçário direcionado para as gestantes, bem como aquelas que tiveram seus bebês no ambiente do cárcere, podendo permanecer até os seis meses com a mãe¹²; e a “Regalia” que condiciona as mulheres que cumprem o regime semi-aberto.

De acordo com Goffman “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados na

⁸ Prosseguiu ontem rebelião de detentos em Joinville. **Jornal de Santa Catarina**, Joinville, 25 abr. 1986, p. 6.

⁹ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde04082008.htm>. Acesso em: 4 ago.2008.

¹⁰ V.F.F. **Entrevista concedida a Camila Diane Silva**. Joinville, 09 dez. 2008.

¹¹ Situação em Joinville foi denunciada pela Gazeta. **Gazeta de Joinville**, Joinville, 30 out. a 2 nov. 2008.

¹² Destaca-se que esta não é uma lei fixa no Brasil, podendo variar o período que o bebê permanece com a mãe, de acordo com o regimento de cada instituição.

sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levaram uma vida fechada e formalmente administrada."¹³. Diante desta afirmação pode-se entender um pouco da dinâmica existente no presídio, na qual as/os detentas/os possuem um novo convívio social e formas de organização ligadas à instituição, caracterizando a separação do mundo interno – cárcere – e o externo – rua. Portanto, existe o cotidiano relativo ao cárcere, como por exemplo: à organização entre as detentas com a cozinha, tendo em vista que são as mulheres que estão na “Regalia” e Berçário que fazem as refeições para as demais; a educação, com aulas de 1ª à 4ª série para aquelas interessadas; e, religião, pois, várias religiões levam a “palavra de Deus” por intermédio de cultos e leituras da bíblia, como a Pastoral Carcerária da Igreja Católica. Porém, não existem espaços adequados, nem materiais de apoio para as atividades realizadas. Em relação à educação, por exemplo, a professora que leciona tanto no Presídio como na Penitenciária, aponta para as dificuldades e diferenças dos ambientes prisionais encontradas:

[...] na Penitenciária e no Presídio agente tem as quatro séries juntas, em uma sala só. Agente tem alunos que não sabem ler e escrever [...]. [...] na Penitenciária agente é separado por grades, então você não tem acesso ao aluno [...] os que não sabem ler e escrever sentam em frente, perto da grade [...]. No presídio já não acontece isso. Agente fica no meio delas, como em uma sala normal [...]. O corredor da circulação ali não é, por que sala mesmo agente não tem [...]¹⁴.

Além dos problemas encontrados na estrutura prisional, outro fator torna-se agravante para os desenvolvimentos da prática educacional, que é a escassez de profissionais que se adaptem e aceitem trabalhar nestas instituições. A entrevistada revela que:

[...] já houve outros professores e já deu muito problema [...]. De levar coisas que não devia [...], até droga entrou lá na mão de professor. Tem até professor preso lá. [...] Nunca tinha entrado numa Penitenciária, nem em um Presídio. Eu não sabia nem onde ficava. [...] Eu não, eu ouvia falar, eu ouvia falar do Presídio [...]. O meu impacto no primeiro dia, tanto que fui três vezes lá para depois dizer sim, eu vou¹⁵.

Diante de tantos problemas evidenciados, o cooperativismo entre as próprias detentas aparece como uma solução para as necessidades de cada dia, pois devido ao sistema penitenciário falido e sem planejamentos, são muitas as deficiências encontradas. Os materiais de higiene, por exemplo, geralmente são as famílias das detentas que levam, e aquelas que não possuem apoio ou contato ficam sem, tendo que receber auxílio das próprias companheiras de cela ou tendo que “improvisar”, como revela a entrevistada: “[...] pra ter idéia, aqui, aqui no presídio de Joinville, a coisa de dois ou três anos atrás, as mulheres estavam usando estopa no período menstrual, por que

¹³ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. p. 11.

¹⁴ POFFO, Dorilda. **Entrevista concedida a Camila Diane Silva**. Joinville, 10 dez. 2008.

¹⁵ POFFO, Dorilda. Id.

não tinham acesso ao absorvente higiênico [...]”¹⁶.

É comum a ausência de visitas para as mulheres condicionadas ao cárcere, principalmente por parte dos maridos e namorados, diferentemente do que acontece na ala masculina, onde a mulher visita seu companheiro com frequência. Geralmente as mulheres recebem visitas de outras mulheres, perdendo muitas vezes o contato com os companheiros. Há aquelas que possuem seus cônjuges detidos no ambiente prisional e recebem o direito de solicitarem visitas íntimas. Também há casos de mulheres que passam a ter envolvimento homossexuais no ambiente do cárcere e segundo entrevistas já existiram tentativas de repressão a estes envolvimento. “[...] Eu sei que o diretor uma vez, por que eles fizeram lá, os banheiros da ala feminina, eles cortaram, vamos dizer embaixo, não é, um pedaço da porta e em cima, então só agente vê a pessoa não é. Aí disseram que era para, senão eles ficavam lá namorando, lá dentro[...]”¹⁷.

Em relação à estrutura do cárcere ou qualquer outra forma de “instituição fechada”, Goffman descreve como um ambiente “[...] simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo...”¹⁸. Ou seja, partindo do pressuposto que ao término da pena a/o interna/o retorna ao mundo exterior como egressa/o do sistema carcerário, percebe-se os reflexos da ausência de um trabalho ressocializante por parte das instituições bem como a assistência e o apoio à/o egressa/o do sistema carcerário, evidenciados pelos altos índices de reincidências, principalmente, femininas. É notável a preocupação presente nas entrevistas de algumas mulheres na eminência da liberdade, ao imaginarem a burocracia que às esperam quanto à condição de egressas e a sensação de “liberdade vigiada”, como a fala seguinte: “[...] e depois que eu tiver na rua, eu vou ter que ficar assinando no Fórum oito anos. [...] até completar os doze [...]. Todo mês, se mudar, ou acontecer alguma coisa, tem que justificar, não é, na justiça, o motivo. Por que senão eles trazem na hora”¹⁹.

Segregar e condicionar estas mulheres em um espaço longe dos olhos e do cotidiano da cidade, tendo em vista que o presídio fica longe da região central, instaura a ordem, trazendo a impressão de que crimes, celas e elas são palavras desassociadas. Muitas das detentas entrevistadas apresentam situações de reincidências contínuas como revela a fala seguinte:

20 anos [...]. Daí eu vim por causa que os meus pais vendiam, tudo, não é, e eu morava junto com eles. Toda vida eu morei com meu pai e com a minha mãe e pelo fato de eu e minha mãe saber que o meu pai fazia e que vendia, ou a minha mãe acobertava ele, que nós não denunciava, por isso nós viemos junto, não é [...]. Desde os meus sete anos de idade eles já mexiam, mas eles foram cair quando eu tinha nove anos [...]. Essa que é agora a quinta cadeia deles. Saindo e

¹⁶ LUZ, Cynthia Maria Pinto da. **Entrevista concedida a Camila Diane Silva**. Joinville, 08 set. 2008.

¹⁷ KNISS, Irma. **Entrevista concedida a Camila Diane Silva**. Joinville 25 ago. 2008.

¹⁸ GOFFMAN, Erving. Op. Cit. p. 16.

¹⁹ V.F.F. Cit.

entrando, saindo e entrando, saindo e entrando [...]. Daí cada vez mais a família se envolvendo, a minha irmã também já começou a vender, daí minha outra irmã também, meu irmão, daí nós viemos tudo. Viemos outra vez, sete da família preso [...]. Qual é a filha, ou a mãe, que tem um marido, que tem um esposo, não é, que vai denunciar o próprio companheiro, não é? ²⁰

A problemática está na ausência de se pensar e concretizar políticas públicas voltadas à questão da mulher em condição de cárcere, bem como as egressas deste sistema, pois se não há um trabalho ressocializante na prisão e fora dela, para muitas mulheres e homens o ambiente prisional passa a ser um local melhor para se viver que a “liberdade” do mundo externo. Como revela a fala seguinte de uma detenta viciada em drogas, moradora de rua e HIV positivo:

E eu pedia pra Deus, que eu viesse para o presídio, por que não tinha, como não, não ficar, é, na rua, eu ia morrer [...]. Hoje eu to aqui no presídio, to gorda [...]. Quem tá na cadeia e era viciado na droga na rua, ele tem que erguer as mãos pro céus, não é cara. Eu agradeço, eu agradeço muito aos ‘homens’ por tar presa [...]. Eu to bem aqui. Se eu preciso de um remédio, eles me dão. Se eu preciso de um médico, eles me dão. Tudo que eu preciso eles me dão. Comida boa, tem tudo aqui! Pelo menos eu não tô na rua usando droga²¹.

Percebe-se que cada vez mais estas mulheres são conduzidas a acreditarem em uma concepção de sociedade, na qual elas já não mais pertencem, ou nunca pertenceram, condicionando-se e sendo condicionadas às margens, as ausências e aos esquecimentos da sociedade. Proporcionar visibilidades a estas vozes é uma forma de inserir estas mulheres não somente na historiografia, mas fazê-las se sentirem agentes históricos e incluídas na sociedade. Como afirma Bosi “[...] lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito”²², e este é o papel fundamental desta pesquisa ao utilizar-se da História Oral, tornar-se um escutador infinito, proporcionando visibilidades a invisibilidades.

Considerações

Assim, esta pesquisa objetivou problematizar estas histórias e memórias destas mulheres de modo a subsidiar órgãos como o Centro de Direitos Humanos “Maria da Graça Brás” e o Conselho Carcerário da Comunidade de Joinville a pensarem e desenvolverem políticas públicas voltadas à mulher condicionada ao cárcere, concretizando o retorno social da História Oral. Esta que de acordo com Portelli “[...] não trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade;

²⁰ C.S. **Entrevista concedida a Camila Diane Silva**. Joinville 06 out. 2008.

²¹ M.D. **Entrevista concedida a Camila Diane Silva**. Joinville, 07 out. 2008.

²² BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 39.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

a História Oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo.”²³

Destaca-se também, ações referentes à mulher egressa do sistema carcerário, tendo em vista que a LEP (Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, institui a LEI de Execuções Penais)²⁴ – prevê apoio e assistência à egressa/o do sistema carcerário incluindo alojamento e alimentação, no entanto a cidade de Joinville não possui nenhum estabelecimento adequado que possa promover esta reintegração social. Diante desta ausência que o Conselho Carcerário de Joinville e o Centro de Direitos Humanos “Maria da Graça Brás” elaboraram o “Projeto da Casa de Assistência ao Egresso do Sistema Prisional de Joinville”, este que foi discutido no “1º Seminário Regional de Atendimento ao Egresso”, realizado na Câmara de Vereadores de Joinville no dia um de setembro de 2008. No seminário foram discutidas medidas para a implementação de uma rede de atendimento, prevista para 2009, visando à promoção da cidadania e redução de reincidências. No entanto sentiu-se falta de uma abordagem específica sobre a mulher egressa do sistema carcerário, diante do alto índice de reincidência que este grupo tem apresentado. Pensando nesta problemática, é necessário tematizar as questões específicas para mulher inserida no ambiente prisional, para que esta não seja tratada a “improvisos” provocados pela urgência e ausência estrutural.

²³ PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo, p.13-49, 1997, p. 26.

²⁴ Brasil. Lei nº.7.210. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em <http://www.radiobras.gov.br/materia.phtml>. Acessado em 01 de outubro de 2008.